

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2018, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 10:00 HORAS DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019, a qual esteve sob a Presidência do Vereador Wagner Brasil de Barros, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença do Vereador Agente Américo Cato. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, assessores parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Wagner Brasil de Barros, Membro da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Economia e Presidente da Audiência Pública, convidou o senhor Lúcio José Fiorelli, Gerente de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 3º trimestre de 2018. O senhor Lúcio José Fiorelli iniciou a sua explanação invocando o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo precípuo é o de evitar *déficits* e reduzir dívidas. Enfatizou, que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 3º trimestre do exercício de 2018. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados, estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ou seja, contidas as receitas, as despesas, dentre outros aspectos financeiros do Município de Jahu, da Câmara Municipal de Jahu, da Agência Reguladora – SAEMJA e do Instituto de Previdência do Município de Jahu. Ato contínuo, o representante do Poder Executivo passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 3º trimestre de 2017 *versus* a receita arrecadada no 3º trimestre de 2018. Nesse, verificou-se que em 2018 houve um acréscimo de 4,74%; a receita em 2017 foi da ordem de R\$ 354.488.322,74, e, no mesmo período no ano de 2018 foi de R\$ 371.303.767,35, perfazendo uma variação positiva equivalente a R\$ 16.815.444,61. Salientou que tal majoração se deveu à inflação na casa de 3,76% no ano de 2018, o que equivale a um ganho real de 0,99%, pontuando, inclusive o processo licitatório da folha de pagamento de cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Também foram apresentadas as principais receitas do exercício de 2018, a saber: ICMS – R\$ 57.390.705,66 – 15,46%; FPM – R\$ 54.114.811,41 – 14,57%; FUNDEB – R\$ 50.672.291,02 – 13,65%; IPTU – R\$ 42.556.892,09 – 11,46%; IPI – R\$ 460.823,76 – 0,12%; IRRF – R\$ 6.764.340,72 – 1,82%; ISSQN – R\$ 22.925.111,33 – 6,17%; IPVA – R\$ 20.019.352,17 – 5,39%; ICMS Desoneração – R\$ 246.830,52 – 0,07%; Taxas – R\$ 18.849.427,02 – 5,08%; Receitas de Contribuições – R\$ 6.807.533,11 – 1,83%; ITBI – R\$ 8.010.897,54 – 2,16%; ITR – R\$ 999.778,71 – 0,27%; Receita de Capital – R\$ 2.114.500,33 – 0,57%; Receitas Diversas – R\$ 79.370.471,96 – 21,38%, totalizando R\$ 371.303.767,35. Ato contínuo, foi apresentado gráfico comparativo das principais receitas dos exercícios de 2017 e 2018: ICMS 2017 – R\$ 53.137.076,98 e ICMS 2018 – R\$ 57.390.705,66; IPI 2017 – R\$ 382.629,17 e IPI 2018 – R\$ 460.823,76; FPM 2017 – R\$ 50.797.265,59 e FPM 2018 – R\$ 54.114.811,41; FUNDEB 2017 – R\$ 47.318.326,61 e FUNDEB 2018 – R\$ 50.672.291,02; IRRF 2017 – R\$ 6.018.678,24 e IRRF 2018 – R\$ 6.764.340,72; IPTU 2017 – R\$ 34.526.711,61 e IPTU 2018 – R\$ 42.556.892,09; ISSQN 2017 – R\$ 20.638.112,18 e ISSQN 2018 – R\$ 22.925.111,33; ICMS Desoneração 2017 – R\$ 247.615,92 e ICMS Desoneração 2018 – R\$ 246.830,52; IPVA 2017 – R\$ 19.442.999,08 e IPVA 2018 – R\$ 20.019.352,17; Taxas 2017 – R\$ 13.310.839,60 e Taxas 2018 – R\$ 18.849.427,02; ITBI 2017 – R\$ 5.416.242,29 e ITBI 2018 – R\$ 8.010.897,54; Receitas de Contribuições 2017 – R\$ 6.683.024,55 e Receitas de Contribuições 2018 – R\$ 6.807.533,11; Receitas de Capital 2017 – R\$ 7.378.147,38 e Receitas de Capital 2018 – R\$ 2.114.500,33; ITR 2017 – R\$ 821.172,42 e ITR 2018 – R\$ 999.778,71; Receitas Diversas 2017 – R\$ 88.369.481,12 e Receitas Diversas 2018 – R\$ 79.370.471,96; Total do exercício de 2017 – R\$ 354.488.322,74 e Total do exercício de 2018 – R\$ 371.303.767,35. O representante do Poder Executivo voltou a enfatizar que a majoração se deveu à inflação no exercício de 2018. Em seguida, foi apresentado comparativo da arrecadação mensal dos exercícios de 2017 e 2018, a saber: Janeiro 2017 – R\$ 31.555.971 e Janeiro 2018 – R\$ 33.626.370; Fevereiro 2017 – R\$ 24.892.122 e Fevereiro 2018 – R\$ 25.793.403; Março 2017 – R\$ 31.233.186 e Março 2018 – R\$ 32.163.838; Abril 2017 – R\$ 23.845.621 e Abril 2018 – R\$ 28.511.297; Maio 2017 – R\$ 46.697.446 e Maio 2018 – R\$ 48.958.994; Junho 2017 – R\$ 24.816.164 e Junho 2018 – R\$ 26.973.685; Julho 2017 – R\$ 26.394.488 e Julho 2018 – R\$ 28.588.255; Agosto 2017 – R\$ 26.051.767 e Agosto 2018 – R\$ 24.700.544; Setembro 2017 – R\$ 26.732.480 e Setembro 2018 – R\$ 26.500.279; Outubro 2017 – R\$ 30.838.677 e Outubro 2018 – R\$ 28.212.883; Novembro 2017 – R\$ 23.943.641 e Novembro 2018 – R\$ 24.632.937; Dezembro 2017 – R\$ 37.486.760 e Dezembro 2018 – R\$ 42.641.283; Total do exercício de 2017 – R\$ 354.488.322,74 e Total do exercício de 2018 – R\$ 371.303.768 (valores arredondados em milhares). O senhor Lúcio José Fiorelli, pontuou que no mês de dezembro de 2018, o acréscimo na arrecadação se deveu ao processo licitatório da folha de pagamento dos funcionários públicos municipais. Ato contínuo, foi apresentado gráfico comparativo da despesa empenhada de 2017 e 2018 *versus* a despesa liquidada nos mesmos exercícios: as primeiras da ordem de R\$ 361.304.590,00 e R\$ 360.496.294,00, e, as segundas da ordem de R\$ 358.761.501,00 e R\$ 355.878.380,00, respectivamente. Desses valores, conclui-se que houve uma variação negativa de 0,22% na despesa empenhada de 2017 e 2018, e, de 0,80% na despesa liquidada de 2017 e 2018, o que demonstra que o

Governo Municipal está utilizando os recursos com critério, e, o comprometimento da máquina administrativa em manter o equilíbrio orçamentário. Após, foram apresentadas as principais despesas por função de Governo: Educação – 28%; Saúde – 36%; Cultura – 1%; Urbanismo – 5%; Habitação – 0%; Gestão Ambiental – 5%; Agricultura – 0%; Comércio e Serviços – 0%; Desporto e Lazer – 1%; Encargos Especiais – 8%; Legislativa – 2%; Previdência Social – 3%; Reserva de Contingência – 0%; Essencial à Justiça – 1%; Administração – 6%; Segurança Pública – 0%; e, Assistência Social – 3%. O Gerente da Secretaria de Economia e Finanças, assinalou que os valores percentuais que apareceram zerados tiveram despesas com valores monetários menores, abaixo de 1%, e, portanto, não foram indicados graficamente. Na sequência, foi apresentado gráfico da despesa empenhada por entidade em 2018: Prefeitura Municipal – 94,57% - R\$ 340.933.539; Câmara Municipal – 1,67% - R\$ 6.028.512; IPMJ – 3,50% - R\$ 12.610.446; e, SAEMJA - Agência Reguladora – 0,26% - R\$ 923.798; totalizando o valor de R\$ 360.496.294 (valores arredondados em milhares). Após, foi apresentado gráfico das despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos próprios) com valor empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de R\$ 78.236.004; R\$ 77.791.661; e, R\$ 72.507.617. Já as despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos vinculados) tiveram valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente de R\$ 51.496.771, R\$ 51.102.282 e R\$ 49.534.325. A aplicação acumulada em ações de Saúde foi de R\$ 129.732.775. O senhor Lúcio José Fiorelli informou ainda que, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 240.111.615, a aplicação mínima obrigatória de 15%, equivalente a R\$ 36.016.742 foi superada (valores arredondados em milhares). A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal nos exercícios de 2017 e de 2018. No exercício de 2017 a receita corrente líquida foi de R\$ 346.807.994 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 141.388.447, equivalente a 40,77%. No exercício de 2018 a receita corrente líquida foi de R\$ 368.930.850 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 144.362.163, equivalente a 39,13%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal é de 54% (art. 20), o limite prudencial é de 51,30% (art. 22), e, o resultado consolidado para o município de Jahu foi de 39,13% (valores arredondados em milhares). Em seguida, foram apresentados os gráficos das despesas com ações de Ensino (recursos próprios) com percentual empenhado, liquidado e efetivamente pago, respectivamente de 27,15% - R\$ 66.646.529; 27,01% - R\$ 66.290.343; e, 25,50% - R\$ 62.601.447. Do mesmo modo, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 245.460.418, a aplicação mínima obrigatória de 25%, equivalente a R\$ 61.365.105 também foi superada. Foram aplicados 27,01% no Ensino com base na despesa liquidada, correspondendo ao total de R\$ 66.290.343 (valores arredondados em milhares). O valor empenhado, liquidado e pago, respectivamente, com recursos do FUNDEB em 2018 foi de 99,93% - R\$ 50.692.187; 99,93% - R\$ 50.692.187; e, 96,38% - R\$ 48.892.344. O representante do Poder Executivo enfatizou também que a determinação normativa é de que do valor total arrecadado deva ser aplicado o percentual mínimo de 95%, e o foi na ordem de 99,93%. Considerou também acerca de outro princípio, de que do valor total arrecadado, deva ser aplicado o percentual mínimo de 60% com despesas do magistério, e o foi na ordem de 77,73%. Finalizada a explanação, o Gerente de Economia e Finanças, senhor Lúcio José Fiorelli, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. O Presidente da Audiência Pública, Vereador Wagner Brasil de Barros registrou a presença dos Vereadores João Pacheco e Tito Coló Neto. Após, indagou à Imprensa, público em geral, e Edis presentes, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante do Poder Executivo, oportunidade em que, fizeram uso da palavra, arguindo ao Gerente de Economia e Finanças, os Vereadores João Pacheco, Agente Américo Cato e Tito Coló Neto. Em seguida, o Presidente da Audiência Pública, Vereador Wagner Brasil de Barros, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que fizeram uso da palavra o senhor José Henrique Teixeira, da “Rádio Jauense”; a senhora Bianca Zaniratto, do Jornal “O Comércio do Jahu”, assim como, os Vereadores João Pacheco e Tito Coló Neto. Finalizando os trabalhos, o Vereador Wagner Brasil de Barros, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supra mencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública.